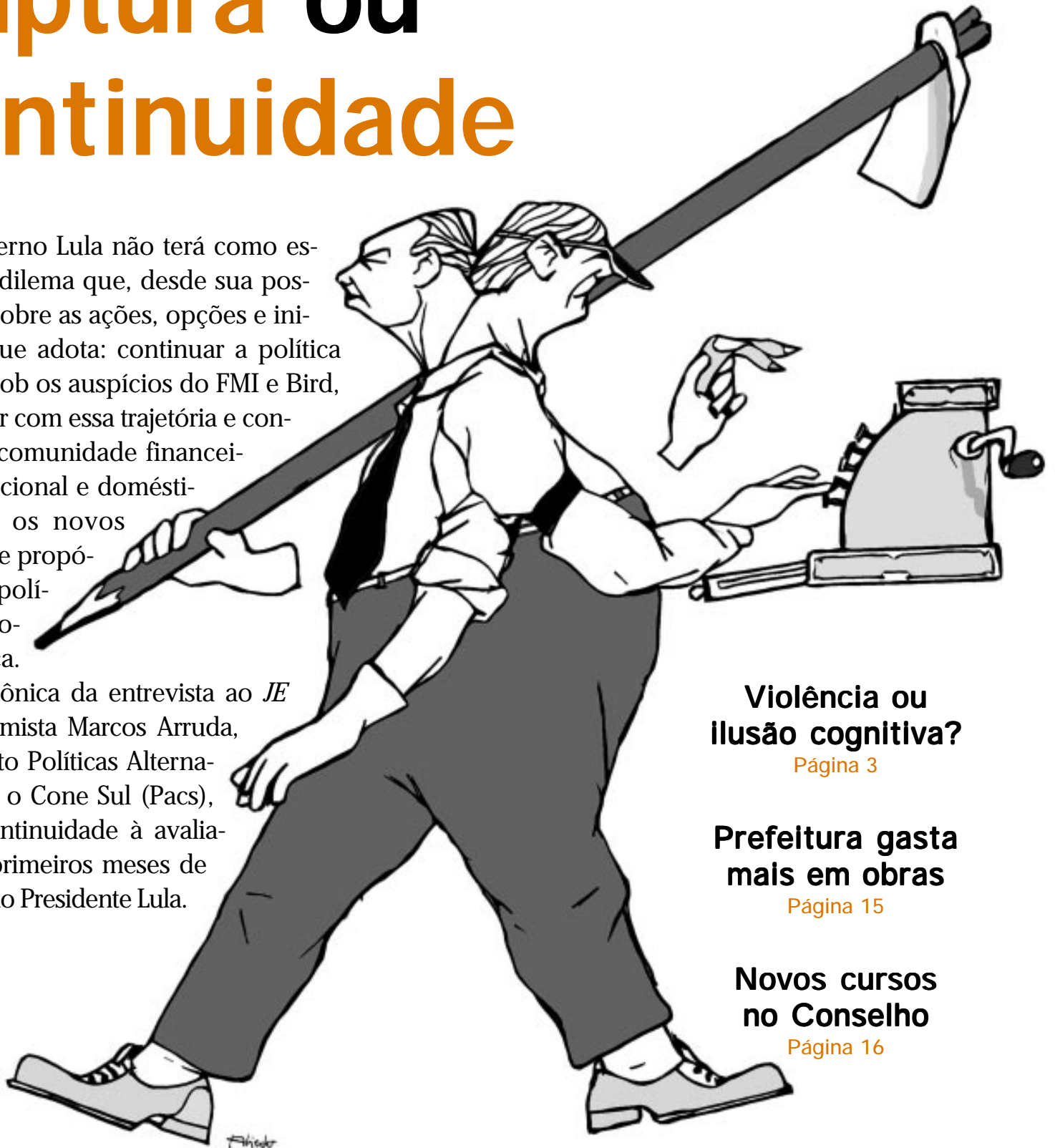


Ruptura ou continuidade

O Governo Lula não terá como escapar do dilema que, desde sua posse, recai sobre as ações, opções e iniciativas que adota: continuar a política de FHC, sob os auspícios do FMI e Bird, ou romper com essa trajetória e convencer a comunidade financeira internacional e doméstica sobre os novos objetivos e propósitos da política macroeconômica.

Esta é a tônica da entrevista ao *JE* do economista Marcos Arruda, do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs), dando continuidade à avaliação dos primeiros meses de governo do Presidente Lula.

Páginas 8



**Violência ou
ilusão cognitiva?**

Página 3

**Prefeitura gasta
mais em obras**

Página 15

**Novos cursos
no Conselho**

Página 16

EDITORIAL

Conversão com criatividade

A presente edição do *JE* chega à sua residência no momento em que já nos é possível, com base em indicadores diversos desses primeiros meses do Governo Lula, avaliar a real dimensão das mudanças em curso no país.

Aloísio Mercadante, economista e líder do governo no Senado, nos lembra que a “cotação do dólar caiu acentuadamente, estabilizando-se em torno de R\$ 3,00; o risco-país despencou de 2.400 para menos de 800 pontos; restabeleceram-se os fluxos de financiamento externo às empresas; o país voltou a colocar títulos soberanos, alongando o perfil da dívida externa; o déficit nas transações correntes caiu do patamar de US\$ 17 bilhões para um saldo positivo de US\$ 1,3 bilhão nos últimos 12 meses, mercê do aumento recorde do saldo da balança comercial propiciado pelo crescimento de 24% das exportações, nos sete primeiros meses de 2003; a dívida pública líquida caiu de 62,2%, em outubro de 2002, para 55,4% do PIB, em junho passado; e a inflação, que havia superado a casa dos 30% ao final de 2002, mostra queda constante em todos os seus índices, com taxas inferiores a 7% nas projeções para 12 meses” (*“A retomada do crescimento”, Folha de S. Paulo, 24/8/03*).

Não há dúvidas de que são números que podem impressionar. Entretanto, a pergunta imediata é se o ambiente macroeconômico favorece, de fato, a almejada retomada do crescimento, com a prometida geração de 10 milhões de empregos. Nesse sentido, cabe refletir a respeito de outros dados. Em especial, aqueles que nos indicam o comportamento da chamada demanda agregada da economia, sinalizador objetivo no processo de tomada de decisões dos investidores.

Desde a posse do Presidente Lula, a

taxa de desemprego aberto, medida pelo IBGE, apresentou uma elevação contínua, mantendo-se estável (?) apenas no último mês de julho – em relação a junho, com 12,8% da força de trabalho à procura de um emprego, provavelmente informal, destituído de mínimos direitos e extremamente instável. Por sua vez, nos últimos 12 meses, os rendimentos médios dos trabalhadores reduziram-se em mais de 16%. O resultado fiscal primário, no primeiro semestre, nos informa, também, que R\$ 40 bilhões deixaram de ser utilizados em despesas de custeio e novos investimentos, ao mesmo tempo em que esta brutal economia de gastos cobriu apenas pouco mais de 50% do total das despesas com juros e encargos da dívida pública interna, que chegou a mais de R\$ 74 bilhões.

A própria festejada redução na taxa nominal básica de juros, fixada na última reunião do Copom em 22% a.a., cotejada com a projeção de inflação para os próximos 12 meses, com base no último dado mensal do INPC, nos indica uma taxa real de juros próxima a 15% a.a., um verdadeiro atentado à produção.

Ou seja: em relação a números, existe uma diversidade de indicadores que permite ilações ao gosto político de cada analista. O que nos chama a atenção, contudo, é a conversão do Governo Lula – ditada ou não pelas circunstâncias herdadas do governo anterior – à crença na política ortodoxa recomendada pelo FMI. Mas, lógico, com pitadas de criatividade e sensibilidade com os movimentos sociais, na certeza de que este será o caminho para nos reencontrarmos com o propalado *espetáculo do crescimento*. Custa a crer, mas trata-se de esperar para ver. ■

Sumário

- Página 3** Violência – Valdir Ramalho de Melo
- Página 5** Economia e Ambiente – Rafael Vieira e Rogério Rocha
- Página 7** Transgênicos – Pedro Paulo Silveira Felicíssimo
- Página 8** Entrevista: Marcos Arruda, do Pacs ▶
- Página 12** Crises cambiais – Solange Srour
- Página 15** Fórum do Orçamento – Gastos da Prefeitura
- Página 16** Curso no Corecon



Jornal dos
economistas

Órgão Oficial do
CORECON - RJ, IERJ E SINDECON - RJ
ISSN 1519-7387

Conselho Editorial: Ceci Juruá, Paulo Passarinho, Paulo Mibielli, Sidney Pascotto, Nelson Le Cocq, Gilberto Caputo Santos, Gilberto Alcântara e Julio Miragaya • **Editor:** Nilo Sérgio Gomes - E-mail: nilosgomes@bol.com.br • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cássio Loredano • **Diagramação e Finalização:** Rossana Henriques (21) 2462-4885 • **Fotolito e Impressão:** Tipológica • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal

Correio eletrônico: apoio@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar
Rio de Janeiro • RJ • Centro • CEP 20054-900
Telefax: (21)2232-8178 ramal 22
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
internet: http://www.corecon-rj.org.br

Presidente: Sidney Pascotto • **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Conselheiros Efetivos:** Ângela Maria Puppim Buzanovsky, Ceci Juruá, Francisco Bernardo Karam, Ronaldo Rangel, Nelson Le Cocq, Gilberto Caputo Santos, José Antonio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** Arthur Câmara Cardozo, Eduardo Carnos Scaletsky, Julio Diniz Bastos Pinto, Julio Flavio Gameiro Miragaya, Luiz Mario Behnken, Mario Luiz Freitas Lemos, Mauro Osório da Silva.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609
Rio de Janeiro • RJ • CEP 20031-000
Tel.: (21)2262-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192
Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Coodenador Geral: Paulo Passarinho • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Ronaldo Rangel, Ceci Juruá, Rogério da Silva Rocha, Rafael Vieira da Silva, Nelson Le Cocq, Antônio Melki Jr e Eduardo Carnos Scaletsky • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Diretores de Relações Sindicais:** Júlio Miragaya, Gilberto Caputo Santos, Sandra Maria de Souza, Carlos Tibiriçá Miranda, José Fausto Ferreira, César Homero Lopes, Neuza Salles Carneiro e regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação e Finanças:** Wellington Leonardo da Silva e José Jannotti Viegas • **Conselho Fiscal:** Ademir Figueiredo, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo.

ILUSÃO COGNITIVA Valdir Ramalho de Melo*

Diálogo de dois mundos acerca de violência no Rio

Há alguns meses, a propósito da concessão do Prêmio Nobel de Economia a Daniel Kahneman, publiquei neste jornal um artigo sobre a onda de violência no Rio de Janeiro, como um caso de ilusão cognitiva**. Perguntas de familiares e reações de colegas levaram-me a desenvolver aspectos do assunto. Para uma leitura mais acessível, apresento-os na forma de um diálogo.

Cleanto – *Na minha infância, o Rio era tão pacato e sem riscos. Hoje, evita-se sair em minha casa, sobretudo, à noite. Afinal, pode-se ser assassinado a sangue-frio por qualquer motivo. E a qualquer momento podemos ser vítimas, não só de assassinatos, como de assaltos, seqüestros...*

Felipe – Esse tipo de conversa exagera enormemente o risco dessas coisas. Sua chance é muito maior de ser atropelado ao atravessar a rua, ou de morrer de doenças como infarto, diabetes e câncer. Ademais, os riscos que você citou são provavelmente muito menores, hoje, do que algumas décadas atrás. Certamente o risco de morrer assassinado é mais baixo. E tem mais: para pessoas de classe média como você, provavelmente o risco de ser morto por um assaltante é menor do que tê-lo por um parente ou amigo. Também não me venha com o mito do passado idílico; essa é uma ilusão da mente já notada

há séculos, não precisa de Daniel Kahneman.

Cleanto – *Não, a violência tem ficado mais grave. Veja quantas notícias de mortes horripilantes, crueldades a sangue frio...*

Felipe – Esses são os poucos casos publicados porque têm impacto como notícia. E o impacto vem exatamente da repulsa que geram. A grande maioria dos eventos de violência é bem menos grave; ou, menos cruel ou pouco impressionante. Não atrairia a atenção dos leitores e, por isso, não é noticiada.

Cleanto – *Não entendi bem. Pode dar um exemplo?*

Felipe – Veja esta notícia: “Menores usam granada no Leme”. Para cada caso como esse, há muitos outros, talvez uns 150 encontros entre menores e cidadãos ou policiais, nos quais os menores empregam apenas ameaças com um pequeno objeto nas mãos, ou, mais comumente, nada têm, mas insinuam que podem fazer mal. São encontros incômodos para o cidadão surpreendido, ou meramente desagradáveis, e por isso não são noticiados. O leitor generaliza da notícia, e pensa que sua vida estará em jogo ao se deparar com certa situação, quando de fato suas chances são 150 vezes maiores de que isso não acontecerá.

Cleanto – *Mas o maior número de notícias prova que a frequência de casos de violência tem aumentado.*

Felipe – Não. O número de notícias aumenta ou diminui em função do interesse jornalístico do assunto. Não significa que a violência tenha aumentado ou diminuído, paralelamente. Lembre-se que, de cada 100 homicídios, no ano, por exemplo, um jornal noticia talvez menos de 16 ou de 11.

Cleanto – *Não, estamos de fato vivendo uma situação de guerra. Uma revista semanal mostrou que o número de homicídios em nosso estado tem magnitude comparável às guerras de Kosovo, da Palestina*





e até do Vietnã. Também, segundo um grande jornal, "Rio supera Israel em homicídios".

Felipe – Essas reportagens foram escritas sem consultar especialistas em pesquisa social, ao menos, gente que soubesse analisar estatísticas. É uma pena, aliás, que os nossos meios de comunicação não contratem os nossos profissionais quando precisam dos serviços deles. Não há espaço aqui para analisá-las. As sugestões e inferências de que estamos próximos de algo, como uma guerra são grosseiramente erradas, mesmo levando em conta somente mortos e feridos. Estamos muito, muito longe do nível de violência de uma situação de guerra típica, em particular das guerras citadas na reportagem. E a comparação com Israel é extremamente imperitosa porque, fora o conflito palestino, é um país que está no grupo daqueles de mais baixa violência no mundo.

Cleanto – Bem, mas essa notícia recente contradiz sua tese, e relata uma pesquisa social: "A década de violência: pesquisa revela que em 12 anos cresceu 130% o número de assaltos no estado, em que 22 pessoas são mortas por dia".

Felipe – Ela ilustra um outro mecanismo de ilusão: crenças fortes determinam a percepção. A pessoa nem nota aquilo que não espera encontrar. Os jornalistas não são diferentes dos leitores; também absorvem as mesmas ilusões cognitivas. Os redatores da notícia estavam tão convencidos da existência da onda de violência que não perceberam o alcance das informações e análises apresentadas pelos pesquisadores. Viram apenas o que confirmava aquilo que tinham certeza. Assim, entre os diversos itens de violência, notaram a ascensão do número de assaltos e lhe deram ênfase. Não notaram o significado da evolução do risco de morte por homicídio, que ocorre ser um indicador mais expressivo e mais pertinente. Os dados que os pesquisadores lhes passaram mostram que esse risco ficou bem menor agora do que no início dos anos 90. Se não tivessem sido vitimados pela ilusão, os redatores teriam escrito a notícia como:

"A década da queda da violência: pesquisa revela que em 12 anos a taxa de homicídios caiu drasticamente".

Cleanto – Não me diga que a culpa é da imprensa. Nenhum pesquisador social ou mesmo político experiente disse que a violência é causada pela imprensa.

Felipe – Claro. Mas, a propósito, quem disse isso?

Cleanto – Desconfio que ninguém. Alguns de nossos editores poderosos e jornalistas estabelecidos não admitem que a imprensa seja criticada. Quando alguém ousa pretender apontar falhas é ridicularizado e a crítica é descrita como "aquela posição simplista". E também insinuam que o crítico quer cortar a liberdade de imprensa. É curioso porque os patriarcas da liberdade de expressão viam como sua função social permitir a crítica livre e desembaraçada. Os autoritários brasileiros vestem-se de protetores da liberdade de imprensa para abafar a crítica a eles próprios.

Felipe – Meu Deus, você perdeu a cabeça! Quer cair no ostracismo! Dizer que a nossa imprensa é autoritária...

Cleanto – Digo que é uma coisa a examinar. Preste atenção: nossa imprensa está todo dia apontando mazelas sociais as mais diversas, defeitos e problemas de mais e mais instituições e pessoas conhecidas. Em mais da metade das notícias, colunas e editoriais, os governantes são despreparados e incompetentes, os políticos são corruptos ou interesseiros, os funcionários públicos maltratam o cidadão ou desperdiçam o dinheiro público, os empresários são sonegadores, as escolas particulares são gananciosas... Porém, nesse mundo em que tudo é defeituoso, de má qualidade, sem lei, eles não se deixam contaminar e afetar; fazem um trabalho impecável. Não são comuns reportagens apontando erros da nossa imprensa, editores criticando falhas de outros jornais ou revistas. Eles se protegem em um corporativismo que os editores só enxergam nos sindicatos.

Felipe – Você quer dizer que em nossa imprensa há um conluio de oligopólio?

Cleanto – Também é uma coisa a examinar. Lembre-se que os jornais são negócios comerciais, não associações de abnegados devotos do bem comum. Eles limitam a com-

petição entre si, não criticando uns aos outros e, sobretudo, uns seguindo a iniciativa do outro. Quando um começa a acusar uma instituição ou pessoa famosa, caberia à imprensa dar igual peso à defesa e à acusação, porque imprensa não tem o papel de juiz. Mas não, todos aderem à mesma posição, nenhum toma posição adversária à do outro. Os leitores se iludem com esse consenso, e ficam com certeza de que o acusado é de fato culpado.

Felipe – Entendo. Se a justiça tratar diferentemente o acusado, é nossa justiça que passa por leniente ou conivente... São reflexões interessantes. Mas nosso tópico é violência. Confesso que algo me preocupa: historicamente, quando se espalha no público o medo de ameaças difusas como a violência, o terrorismo, o comunismo, imediatamente se abre espaço para os conservadores mais autoritários reduzirem as liberdades democráticas e os direitos civis. Veja os impressionantes eventos nos EUA depois do 11 de setembro...

Cleanto – Quem diria? Um povo educado, que se considera a pátria da liberdade. Mas tem acontecido entre nós. Propõem-se as Forças Armadas nas ruas, ou encher de policiais cada rua e esquina, "tolerância zero" para infernizar a vidas dos párias sociais, como os mendigos e as prostitutas...

Felipe – Nós temos centros de estudos da violência, cujos pesquisadores dizem que essas medidas não vencem de fato a violência. Mas, para cada artigo deles, há outro de algum jornalista apavorado declarando que não sai mais de casa.

Cleanto – Esses pesquisadores afirmam que resolver a questão da violência não é só tarefa da polícia e até mesmo que a tarefa principal não é dela. Isso não é "bom mocismo", ou coisa de esquerdista, para quem todo problema só se resolve com distribuição de renda?

Felipe – Não. O que eles dizem reflete a literatura internacional técnica e atualizada sobre crime e violência. São teses que atravessam posições de esquerda e direita. Eles me parecem competentes, com uma contribuição valiosa. Pena que sejam pouco ouvidos... ■

* Consultor de ciências sociais (valho@ig.com.br)

** "Ilusão cognitiva: como se cria a onda de violência", *JE*, out. 2002, p. 8-9

ECONOMIA E MEIO AMBIENTE Rafael Vieira e Rogério Rocha*

Uma nova atitude e um novo paradigma

“Embora a inquietante realidade ambiental seja por muitos ainda ignorada ou menosprezada, torna-se cada vez mais evidente que, quanto a seus rumos futuros, a humanidade se defronta com um gravíssimo dilema nos tempos atuais.”(Câmara,1996)



A discussão que segue possui o caráter claro de reiterar as análises críticas e prospectivas sobre a questão sócio-ambiental e sua intrínseca relação com a dinâmica econômica dos países no mundo. O destaque que é efetuado menciona o Brasil como um celeiro de biodiversidade, recursos naturais e com uma economia que apresenta diagnóstico medíocre quanto à relação economia-meio ambiente.

Não há dúvidas de que mecanismos para superação de quadros críticos relacionados à produção e uso dos recursos naturais; aos efeitos que as etapas produtivas geram no espaço ambiental e econômico – nesta ordem –, são desenvolvidos, aplicados e implantados, porém, com uma eficácia que distancia do êxito que é devido.

Nesse sentido, não obstante as várias reuniões mundiais em que o tema meio ambiente foi pauta, nos últimos anos, a preocupação em alinhar necessidades de consumo e/ou de produção com o uso dos recursos naturais (minério, água, florestas e, sobretudo, em destaque, o petróleo) esteve e está presente.

Portanto, foi atado um laço de comprometimento conduzido por todos os interessados no mundo (Ongs, grandes corporações, governos e organismos internacionais), que pro-

vocou uma comoção internacional direcionada à relação economia-meio ambiente, que gerou reformulações quanto ao aspecto jurídico, político social, econômico e, sobretudo, de mercado. É nesse viés, que o surgimento de um ‘novo paradigma sócio-ambiental’ é erguido para a condução do desenvolvimento sustentável.¹

Parâmetros e mudanças

Por ser uma ciência social aplicada e, partindo do princípio teórico-acadêmico, a economia é um berço de multidisciplinaridade para a compreensão das demais áreas em que exista a sua interface. Deste modo, furtar à economia a possibilidade de gerar limites e possibilidade para o planejamento de uma sociedade com o uso extremo do meio ambiente seria um delito à sobrevivência.

A partir de uma análise global na relação economia-meio ambiente, o debate que está colocado – sendo este um conjunto de parâmetros – é da participação dos países na moção internacional para a construção de uma sociedade composta por tecnologias limpas, processos produtivos sustentáveis, manutenção e preservação dos recursos naturais – desde a fauna em extinção até a coibição da geração de artefatos bélicos nucleares – que reivindicam uma reestruturação da

sociedade moderna e/ou pós-moderna, com características diferenciadas do que se vive na atualidade, bem como do setor produtivo (agentes econômicos: empresas e governo) junto à concepção de gestão ambiental e responsabilidade sócio-ambiental.

“A economia global atual foi formada por forças de mercado e não por princípios de ecologia. Infelizmente, ao deixar de refletir os custos totais dos bens e serviços, o mercado presta informações enganosas aos tomadores de decisões econômicas, em todos os níveis. Isso criou uma economia distorcida, fora de sincronia com os ecossistemas da Terra, uma economia que está destruindo seus sistemas naturais de suporte”.(Brown, 2002).

Nesse sentido, considerando as palavras de Brown, isto pode ser observado como um dos resultados do processo de globalização (do capital e/ou dos mercados), onde a relação de mercado (setor privado) não considera a dinâmica ambiental ou as transformações ambientais decorrentes do uso dos recursos naturais como um elemento de análise estrutural e conjuntural.

Esse cenário é devidamente aplicado ao contexto mundial e, sobretudo, brasileiro,

quando emerge esse novo “escopo” mercadológico face às questões que envolvem crescimento e desenvolvimento econômico, a questão ambiental e o princípio de desenvolvimento sustentável.

A questão ambiental no Brasil revela os seguintes aspectos de mudança: a) de reestruturação do espaço competitivo de mercado, em função das transformações do setor produtivo sob o viés ambiental; b) a idéia de sustentabilidade do negócio; c) a participação governamental; e, d) a participação das instituições (fundações, Ongs, etc.) privadas envolvidas com a questão ambiental.

Enfim, numa concepção conjunta. Existe uma série de destaques a serem apresentados e que demandariam outros argumentos, tais como a questão florestal, a de poluentes químicos da indústria e, sobretudo, da dinâmica produtiva de exploração e produção do petróleo.

Um paradigma sócio-ambiental

No Brasil, é reiterada pelo segmento empresarial a absorção de um “novo paradigma sócio-ambiental”, onde, segundo Almeida (2003), o setor empresarial ‘esclarecido’ sabe que os mecanismos para ingressar e permanecer no mercado – sob este prisma – são essenciais. O que se propõe é uma

inovação de atitude. A esse respeito, também é importante ressaltar que as oportunidades que revelam mudança de atitude, no caso brasileiro, como as de implantação de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), que representam mitigação de impactos *in loco*, estão diretamente ligadas ao meio ambiente e geram oportunidades nas dimensões do espaço econômico.

Assim, não furtando a existência de uma concepção com tendência tácita essencialmente na lógica de mercado, o setor privado propôs assumir o princípio do desenvolvimento sustentável, considerando a seguinte premissa: "...a base do desenvolvimento sustentável é um sistema de mercados abertos e competitivos, em que os preços refletem com as transparências dos custos, inclusive, os ambientais. Se os preços são fixados adequadamente, sem

estarem, por exemplo, mascarados por subsídios e políticas protecionistas, a competição estimula os produtores a usar o mínimo de recursos, reduzindo o avanço sobre os sistemas naturais. Também os estimula a minimizar a poluição, se são obrigados a pagar pelo seu controle e pelos danos causados ao meio ambiente. E ainda promove a criação de novas tecnologias para tornar a produção mais eficiente do ponto de vista econômico e ambiental" (Almeida, 2002).

Enfim, não há, portanto, qualquer desconfiança de que o mercado brasileiro e o mundial

foram direta ou indiretamente pressionados para apresentar uma nova identidade e coexistir na sua lógica com o uso dos recursos naturais, remetendo-se a outros conceitos inerentes à dinâmica de mercado atual, que são a responsabilidade social e a responsabilidade ambiental. A postura do setor privado em destacar o planejamento ambiental junto ao seu projeto de desenvolvimento também foi (nos anos 90) e é atualmente, uma das vertentes de adequação e adoção de um paradigma sócio-ambiental, aqui discutido, pois este considera diferentes aspectos, incluindo, o ecológi-

co-econômico, jurídico-ambiental, social e político para a geração da sustentabilidade e do desenvolvimento. ■

* Rafael Vieira: economista, consultor em Meio Ambiente (*Environmental Consultant in Offshore*) e professor da UniverCidade e da UNIGRANRIO.
Rogério Rocha: economista, professor da UniverCidade e da Faculdade São Camilo, Mestrando Economia Empresarial/UCAM.

1 Desenvolvimento Sustentável – "...não é um estado permanente de harmonia, mas um processo de mudanças no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras". (Brundtland, 1991, p.10)

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, F. *O bom negócio da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
BROWN, L. *Eco-Economy*. EPI-Earth Policy Institute / UMA-Universidade Livre da Mata Atlântica, 2001.
CÂMARA, I. de Gusmão. Prefácio. In: *Planejamento ambiental: caminho para participação popular e gestão ambiental para o nosso futuro comum. Uma necessidade, um desafio*. Rio de Janeiro: Thex Editora. Biblioteca Estácio de Sá, 1993.
COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. (Relatório Brundtland) *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro, FGV, 1988.

Estácio

GESTÃO

Pós-graduação
(Lato sensu)

INÍCIO EM SETEMBRO

<p>CONTROLADORIA</p> <p>Início: 13 de setembro • Sábados, das 8h30 às 15h Presidente Vargas • 13 x R\$ 247,00</p> <p>Início: 23 de setembro • Terças e quintas, das 19h às 22h Vila Valqueire • 13 x R\$ 247,00</p> <p>MARKETING</p> <p>Início: 20 de setembro • Sábados, das 8h às 13h20 Tom Jobim • 13 x R\$ 267,00</p> <p>Início: 27 de setembro • Sábados, das 8h às 13h20 Presidente Vargas • 13 x R\$ 267,00</p> <p>Início: 27 de setembro • Sábados, das 8h às 16h (de 15 em 15 dias) • Campo Grande II • 13 x R\$ 267,00</p> <p>FINANÇAS</p> <p>Início: 23 de setembro • Terças e quintas, das 18h30 às 22h Presidente Vargas • 14 x R\$ 400,00</p>	<p>GESTÃO DA INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA COMPETITIVA</p> <p>Início: 27 de setembro • Sábados, das 8h às 13h20 Presidente Vargas • 13 x R\$ 247,00</p> <p>RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA</p> <p>Início: 27 de setembro • Sábados, das 8h às 13h20 Presidente Vargas • 13 x R\$ 247,00</p> <p>COMÉRCIO EXTERIOR</p> <p>Início: 29 de setembro • Segundas e quartas, das 19h30 às 22h20 Presidente Vargas • 13 x R\$ 247,00</p> <p>GESTÃO DE IMPOSTOS</p> <p>Início: 30 de setembro • Terças e quintas, das 18h50 às 22h20 Presidente Vargas • 13 x R\$ 290,00</p>
--	--

(Ex-alunos graduados e/ou pós-graduados pela Estácio têm 20% de desconto.)

CAMPUS CAMPO GRANDE II: Estrada do Mendanha, 555 – West Shopping • CAMPUS PRESIDENTE VARGAS: Av. Presidente Vargas, 642/2º andar – Centro
CAMPUS TOM JOBIM: Av. das Américas, 4.200/bl. 11 – Barra • CAMPUS VILA VALQUEIRE: Estrada Intendente Magalhães, 635

Informações e inscrições em todas as unidades da Estácio

Universidade Estácio de Sá • Central de Atendimento (de segunda a domingo): (21) 2563-0000

ARTIGO DO LEITOR Pedro Paulo Silveira Felicíssimo*

Transgênicos x orgânicos

Uma nova manobra estaria sendo urdida: tornar países como o Brasil em grandes exportadores de produtos orgânicos e importadores de transgênicos

Muito se tem falado e debatido, ultimamente, sobre as questões dos subsídios governamentais agrícolas praticados no âmbito da União Européia, EUA e de outros países avançados industrialmente em detrimento das exportações dessas *commodities* pelos países em desenvolvimento, dos quais o Brasil tem sido o maior adversário e debatedor nos fóruns da OMC.

Mas não são apenas as barreiras de subsídios que tornam desleal a concorrência dos produtos brasileiros no mercado externo: barreiras não tarifárias, como exigências fitossanitárias mais rigorosas e, mais recentemente, mapeamento dos produtos de origem animal do início ao fim de sua cadeia produtiva, parecem um receituário médico elegante a nos dizer: “alimento controlado sujeito a restrições protecionistas da OMC”.

Porém, silenciosamente, uma nova manobra nos bastidores do poder promete nos colocar entre a cruz e a espada: querem nos tornar grandes produtores e exportadores de produtos orgânicos e importadores e disseminadores de alimentos transgênicos.

Lembro que atualmente a agricultura brasileira passa por uma revolução e transformação sem precedentes em sua história acumulando supersafras a cada ano e que esta é uma condição *sine qua non*, segundo estudiosos do desen-

volvimento econômico, para o “arranco” industrial, proporcionando a agricultura, com a sua mecanização e alta produtividade, a acumulação de capital necessária aos investimentos produtivos em outros setores e a liberação de mão-de-obra.

Duas opções

Voltando novamente às questões deste debate, gostaria que o leitor fizesse antes uma escolha entre as duas opções abaixo:

(i) Acordar em sua fazenda ou sítio pela manhã, abrir a porta e, evitando respirar o ar poluído pelos diversos agrotóxicos de sua lavoura e os diversos buracos em seu terreno provocados pela erosão, caminhar e dirigir-se ao celeiro, onde, de uma “cabra-ovelhinha” (animal híbrido modificado geneticamente, misto de cabra, ovelha e galinha), o leitor extrai os ovos, o leite e a lã necessários à sua alimentação e subsistência. Durante o almoço, o nosso amigo poderá deliciar-se com um excelente arroz GM com vitamina A, a fim de suprir a sua deficiência alimentar de terceiro mundo.

(ii) Acordar em sua fazenda ou sítio, embelezar-se com a paisagem natural, respirar o ar puro de sua lavoura, recolher os alimentos orgânicos necessários à alimentação, tendo certeza absoluta de estar

contribuindo para a sua saúde e a do planeta.

Concluo sem receio que a escolha da primeira opção para mim é assustadora, sem contar que necessitaria comer 9 kg de arroz todos os dias para obter a quantidade necessária de vitamina A que duas cenouras facilmente me dariam.

À parte a brincadeira, o que realmente assusta é a recente iniciativa do governo norte americano de convidar para uma reunião 150 ministros da agricultura de países em desenvolvimento e, veladamente, pressionar com a ameaça de não ajuda financeira e militar a esses países, caso não aprovem leis que favoreçam a comercialização de produtos geneticamente modificados, conforme denúncia desses governos junto à Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica.

Um grande mercado

Esse fato acontece quando, em recente pesquisa, foi constatado que o consumo médio de alimentos orgânicos, na UE, representa cerca de 40% do consumo total de alimentos nos países membros. Nos EUA, entre 20% a 30% da alimentação são de produtos orgânicos ou hidropônicos.

Assustador também é a constatação de uma pesquisa recente sobre a diversidade de espécies do milho mexicano, em que mutações ge-

néticas nos alimentos estavam presentes e são hereditárias, ou seja, alteram as espécies naturais ao longo do tempo, eliminando-as.

Existe um grande mercado na Europa e EUA para a exportação de produtos orgânicos e o Brasil possui diversas vantagens comparativas a outros países da América Latina e Ásia, seja pelo solo, clima ou pela área em que o cultivo de orgânicos já está presente, se o governo brasileiro decidir pelos orgânicos e banir os transgênicos. Esse debate é de toda a população brasileira: zelar pela saúde de seus descendentes e a do planeta é crucial.

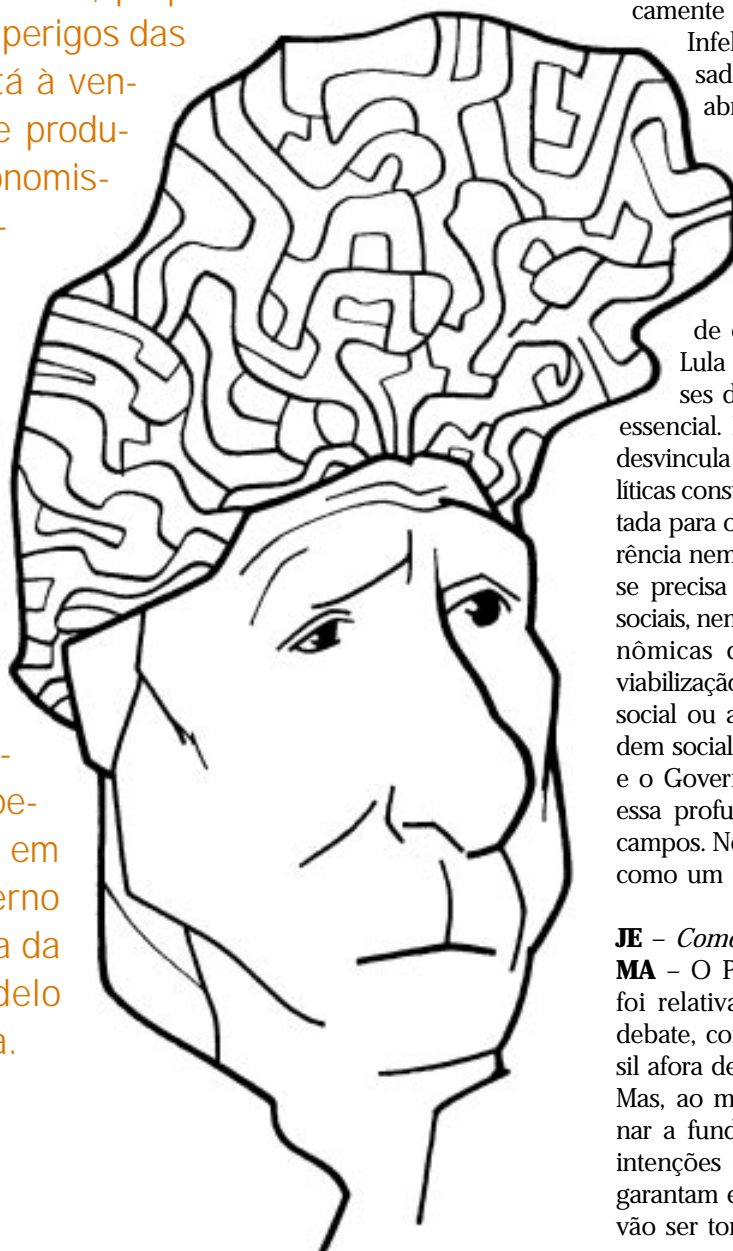
A conferência *BioFach*, para o desenvolvimento de mercados orgânicos, que irá se realizar nos próximos dias 25 e 26 de setembro, no Rio de Janeiro – e pela primeira vez na América Latina, poderá ampliar o debate e trazer também para o Brasil, em 2004, a mais importante feira internacional do mercado orgânico – a *BioFach* de Nuremberg, na Alemanha. Com isso, contribuindo para uma decisão mais sensata e promissora que poderá revolucionar a nossa agricultura nos próximos 10 anos e tornar o Brasil a maior potência agrícola do século XXI. ■

* Economista e Consultor em Comércio Exterior. Correio: felicissimotrader@yahoo.com.br

ENTREVISTA Marcos Arruda, economista do Pacs*

Continuidade ou ruptura

Economista do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs), Marcos Arruda é contemporâneo das gerações que hoje alcançaram o governo, com a eleição do Presidente Lula. E um crítico das opções que têm sido feitas pela equipe econômica atual. Em breve, lançará um livro com as cartas que, nos últimos anos, enviou a Lula e ao atual ministro chefe do Gabinete Civil, José Dirceu, propondo caminhos e alertando dos perigos das políticas em curso. Já está à venda, também, o livreto que produziu, em parceria com o economista Pedro Quaresma, intitulado "Governo Lula e o acordo com o FMI: existem alternativas". Para ele, ainda há esperanças. Porém, seu grande temor é a constatação do contínuo afastamento do PT das suas bases e o seu distanciamento cada vez maior da sociedade. A seguir, a entrevista que concedeu ao JE na penúltima semana de agosto, em que assinala que o Governo Lula está vivendo o dilema da continuidade com o modelo herdado ou da sua ruptura.



Jornal dos Economistas – *Qual o balanço que você faz destes sete meses de Governo Lula?*

Marcos Arruda – Em um contexto de um governo muito contraditório. Em primeiro lugar, temos que considerar que é um governo de coalizão entre vários partidos e que, portanto, carrega muito mais do que um projeto unipartidário, que seria o do PT. É um governo que é puxado para vários lados, ao mesmo tempo, mas é preciso reconhecer que a liderança desse governo é do PT e que o PT tem preparado historicamente o seu programa para governar.

Infelizmente, já no meio do ano passado, antes das eleições, vimos o PT abrir mão do essencial do projeto de governo dele para costurar essa aliança, que resultou em um perfil que, de jeito nenhum, está correspondendo ao que a maioria dos eleitores esperava. Tenho a convicção de que as escolhas que o Governo Lula tem feito nos primeiros sete meses de mandato são equivocadas, no essencial. Elas partem de um conceito que desvincula o econômico do social. Essas políticas constroem toda uma configuração voltada para o social, que não toma como referência nem as fontes de financiamentos que se precisa gerar para viabilizar os projetos sociais, nem tampouco as políticas macroeconômicas que são as que marcam ou a viabilização de uma política voltada para o social ou a inviabilização da mesma. A ordem social é gerada pela ordem econômica e o Governo Lula tem teimado em ignorar essa profunda interconexão entre os dois campos. Nós vimos o Plano Plurianual (PPA) como um exemplo gritante disso.

JE – *Como assim?*

MA – O PPA teve grandes vantagens. Ele foi relativamente democratizado, abriu o debate, com 2 mil e 200 pessoas pelo Brasil afora debatendo o PPA com o Governo. Mas, ao mesmo tempo, se a gente examinar a fundo, o PPA é uma declaração de intenções que não tem os elementos que garantam e mostrem que aqueles objetivos vão ser tornados viáveis; e essa seria toda

uma discussão de fontes de financiamento para realização do projeto de investimentos que o governo está propondo. A ausência disso torna, como bem disse o Fiori (José Luiz Fiori, cientista político), em breve análise que fez sobre o PPA, a promessa do céu, sem dizer nada do que fazer enquanto estamos na terra. É um exemplo da desvinculação profunda que o governo tem levado entre o econômico e o social.

JE – *Quais as alternativas que poderiam ter sido adotadas, desde o início do Governo, em particular em relação ao acordo com o FMI?*

MA – Começo comentando que temos – eu e o Governo – uma aprofunda divergência em relação à estratégia que foi adotada para construir o Governo Lula, em quatro anos. A estratégia que propus, em debate e em forma escrita, era aproveitar justamente os primeiros seis meses para anunciar e iniciar a reorientação do rumo das políticas macroeconômicas, no momento em que o governo tem mais cacife, mais apoio social. Era ali que ele tinha que estar sinalizando e iniciando o processo de mudanças para as quais foi eleito. Ele escolheu o caminho inverso: vamos pacificar os mercados internacionais, primeiro. Mas são esses mercados que têm se beneficiado cronicamente da crise. Em termos de alternativas, diria que já perdemos sete meses para iniciar o processo de mudanças, e as mudanças tinham que partir do macroeconômico, e não do social, porque os impactos de uma mudança no campo econômico seriam integrais, na economia e na sociedade.

JE – *Quais as conseqüências dessa opção?*

MA – Não ter feito isto significa que vai ter de fazer, agora, com muito mais pena. Ou, então, vai ficar adiando até ficar impossível fazer. O primeiro aspecto, portanto, é este: colocar como eixo central uma política que não siga os rumos que o FMI propugna. Qual é o espírito e a prática central que têm levado o FMI nos seus pacotes de ajuste? É uma concepção monetarista, de que é preciso controlar a moeda e a inflação e, através desse controle, fazer com que haja uma estabilidade econômica. Essa lógica tem sido o fundamento de uma crescente concentração de renda e de riqueza, que tem estado na raiz dos desastres que a

gente tem visto pelo mundo afora, inclusive, o mais recente, a Argentina. Mudar de rumo significa falar e fazer crescimento econômico. A base desse crescimento tem que ser redistribuição de renda e a restituição ao governo da capacidade de investir. A capacidade de investir está lá na política orçamentária. É verdade que, no primeiro ano, o governo está atrelado ao Plano Plurianual (PPA) de Fernando Henrique Cardoso – há limites, então, nesse campo. Mas não havia em outros campos, em que era possível ter começado uma reativação da atividade econômica, com redistribuição de renda.

JE – *Como, por exemplo?*

MA – Há instrumentos como, por exemplo, os de combate à sonegação ou os que o BC tem para tocar imediatamente nas contas CC5 e parar com essa sangria permanente de dinheiro que parte para fora, legalizada pelo Banco Central. Há uma série de medidas que, em curto prazo, poderiam colocar de novo os recursos nas mãos do governo para ele investir adequadamente em reativação da economia.

JE – *Que postura, em sua opinião, o Governo Lula deveria ter tomado em fevereiro, na primeira revisão do acordo com o FMI feito pela nova gestão?*

MA – Primeiro, em dezembro, quando o Horst Köhler veio visitar o Lula, ele já podia ter anunciado, pois já estava eleito, tinha base política para poder anunciar ao FMI um outro tipo de relação entre o Brasil e o Fundo. Vamos lembrar que quem está colocando todas as cartas na mesa, com uma autonomia respeitável e sem qualquer instrumento e cacife de negociação política, neste momento, é Néstor Kirchner, na Argentina. Sem nenhuma base de estabilidade no país, ele tem dito: nós queremos fazer isso, não aceitamos impor aumento de tarifa imediatamente, mais isso e aquilo, e o FMI está aceitando as condições que a Argentina coloca.

JE – *Mas ele faria isso sem o cenário Lula criado ou a Argentina está fazendo isso exatamente porque hoje existe o fator Lula, no Brasil?*

MA – É difícil responder, é hipotética a resposta, mas que o Brasil com Lula facilitada, é verdade. Mas está acontecendo o



contrário: a Argentina está dizendo isso e o Brasil, não. A essência do artigo do Atilio Borón (cientista social argentino, em texto que circulou pela internet) é essa: alertar o Brasil para o fato de que todo o tempo em que a Argentina tomou decisões macroeconômicas favoráveis ao FMI, recebeu elogios retumbantes da sua fidelidade, clareza e correção. Ele alerta de que há tempo para o Brasil parar de seguir o caminho imitador, que é de fracasso certo, desastre anunciado.

JE – *Mas ao colocar alternativa para a gestão macroeconômica e, ao mesmo tempo, acenar para uma renegociação das dívidas não seria justamente criar um clima de insegurança junto aos investidores internacionais?*

MA – Acho que o mundo do capital poderia até aprofundar suas intervenções para enfraquecer e inviabilizar o Governo Lula. Isto é um risco real. Mas eu apostaria na capacidade persuasiva do novo governo em convencer esses investidores de que o Governo Lula é acolhedor do capital externo que vier investir em crescimento econômico. Essa é a única coisa coerente com o próprio projeto do Governo Lula. Claro que pode haver uma diminuição do fluxo de capital estrangeiro, mas era preciso mostrar com números (só que o Henrique Meirelles não seria a pessoa certa para fazer isso) ao FMI: vocês não continuando a investir no Brasil estarão gerando no país uma impossibilidade de continuar pagando. Interessa a vocês continuarem investindo no Brasil.

JE – *O Governo Lula, para alguns, é menos um governo de coalizão e mais um governo de disputa. Você acha que o movimento social do Brasil está preparado, por exemplo, para interferir na decisão do PPA?*

MA – Mais preparado do que em qualquer outro país. As Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs) são aprovadas ano a ano e o PPA é plurianual. Então, se conseguirmos aprovar um PPA inteligente, coerente, que não só enuncie objetivos, mas enuncie quais políticas econômicas vão

viabilizar esses objetivos, um documento de estratégia e não um documento escatológico, a gente consegue condicionar as novas LDOs que vão aparecer ano a ano. É uma questão de começar um novo processo. Acho que o tema que é divisor da discussão é o seguinte: ou continuidade ou ruptura. Não vejo uma terceira alternativa entre essas duas. Não é possível fazer continuidade, mudando, como queria o (José) Serra. Você não muda e, sim, continua! É o que está acontecendo. Existe um ponto de inflexão que é fundamental e eu acho que o Governo Lula tinha condições, melhor do que qualquer governo na América Latina, de fazer uma mudança de rumo logo no início. Colocar novos termos na discussão.

JE – *Você disse que não tem como fugir do dilema ruptura ou continuidade. O Governo Lula seria levado em algum momento a essa decisão?*

MA – Ele vai sim, queira ou não. O caminho que escolher vai depender muito mais do que tudo da presença da sociedade civil nas ruas. É preciso, e insisto todo o tempo, que a sociedade se ponha em campo, continuamente, para pressionar o Governo Lula pelos seus interesses. Porque o outro lado está sabendo se defender muito bem, e está conseguindo ganhar a quebra de braço. Ou a sociedade banca esse enfrentamento ou o Governo vai ser levado para o outro lado, como já está sendo.

JE – *Você crê na possibilidade de estabelecer um outro tipo de acordo com investidores internacionais importantes, que são hoje as filiais das multinacionais instaladas no Brasil? Caberia espaço para uma negociação que não fosse com a turma de Wall Street, mas com a de Detroit?*

MA – Essa é uma ótima pergunta. Pelo que tenho pesquisado, me parece que é menos uma questão de atores do que de mecanismos de política econômico-monetária. Se for falar em atores, veremos que uma grande quantidade de atores produtivos está continuamente tentada a investir no financeiro porque rende mais, com muito menos esforço e risco. Então, eles se financeirizaram. Por que? Porque os mecanismos e a política global facilitam e convidam a isso. Por isso, me parece muito mais importante que o governo acene com essa política de redução da taxa de juros

reais e que obrigue, pela própria realidade que se cria, de uma nova demanda efetiva – que hoje é demanda reprimida, brutalmente – os capitais a investirem onde vai render mais. Já não é no mercado financeiro, é no setor produtivo da economia, nas respostas às necessidades. Sem essa mudança de mecanismos e de concepção de política monetária não se vai conseguir convencer ator nenhum. Não é uma questão de papo com os atores. É uma questão de mecanismos e de políticas monetárias e financeiras a serviço do país.

JE – *Soberania e novas regras de funcionamento...*

MA – Novas regras e soberania. Naturalmente, os atores vão se reajustar às novas regras.

JE – *As sabotagens da direita internacional poderiam ser aplacadas simplesmente com a constituição de novas regras de funcionamento da economia?*

MA – Eu nunca penso a economia de forma isolada. Acho que a economia tem um componente cultural, ideológico, fortíssimo. Então, é preciso que o governo esteja educando tanto a população quanto os atores estrangeiros para a sua nova concepção. É preciso romper o paradigma velho e ter a coragem de dizer: o mundo não foi feito sempre assim e nem vai continuar sendo. Nós vamos inaugurar um novo caminho... E só se pode quebrar paradigma dizendo: havia um modo de existir que não é o único possível. O Governo Lula tem meios para fazer isso. Tem força. Ele tem que confiar mais no povo. Mas ele parece que esqueceu que a maioria de eleitores, a massa de trabalhadores, vai estar dando fundamento e apoio para ele fazer as mudanças que são necessárias. Isso é um argumento fortíssimo.

JE – *O Governo Lula é composto por uma geração de políticos e militantes do movimento social da qual você faz parte e a qual você conhece muito bem. O que aconteceu nos últimos anos, principalmente em termos de opções políticas por parte da direção nacional do PT, principal responsável pelo Governo Lula, que tem produzido, no mínimo, esse tipo de perplexidade, em vários setores da esquerda, brasileira e mundial?*

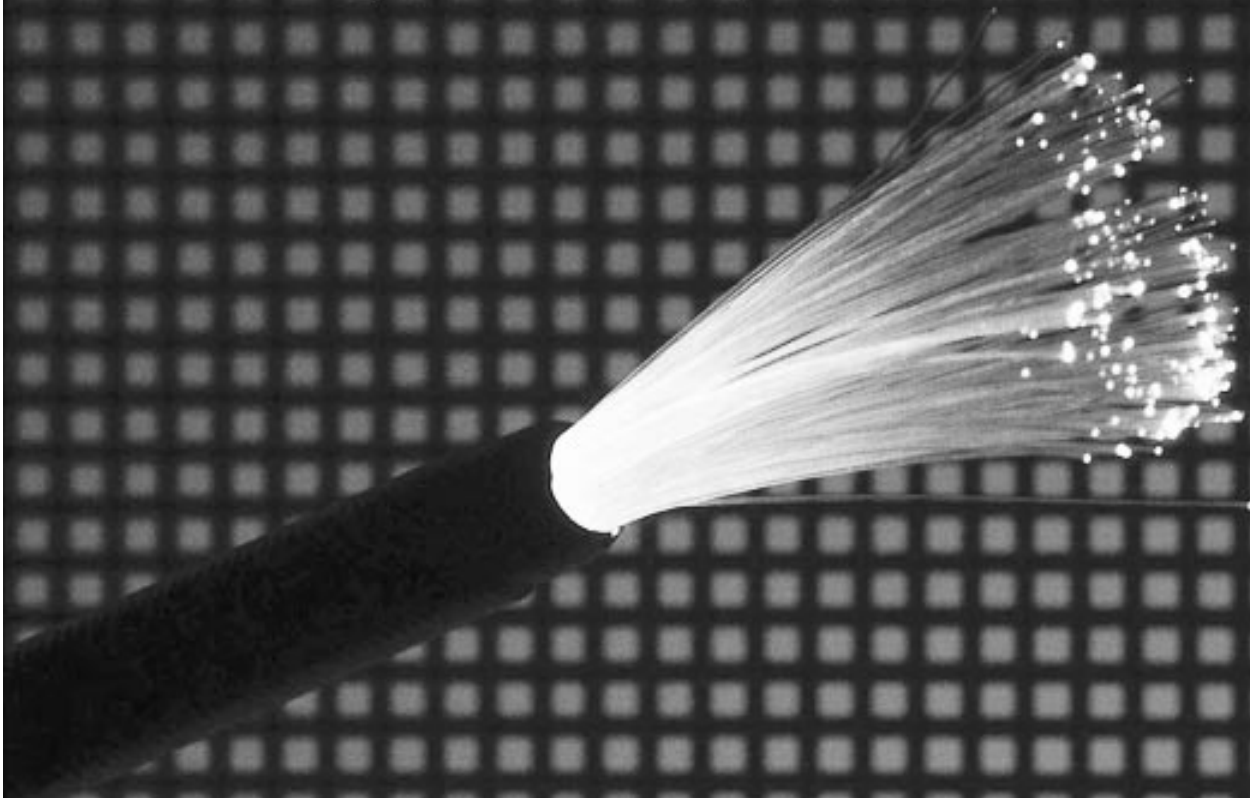
MA – O meu temor é que o que tenha acontecido nesses 14, 15 anos de luta institucional do PT, desde 1988, quando ganhamos as primeiras prefeituras e viemos conquistando espaços cada vez maiores na luta política institucional, é um gradual afastamento das bases do PT e da sociedade. Isso eu já vi acontecer em vários países do mundo, não é novidade nenhuma. O que era novidade era o PT continuar sendo um partido de massas, num mundo onde não existem partidos de massas, não existe um partido pluralista, que abre espaço para o debate, que não tem centralismo democrático, que gera participação, organiza as bases em todos os recantos do país, isso era a novidade. O PT é olhado pelo mundo afora – todos os países e os povos que lutam por uma humanidade emancipada olham para o PT com encantamento, porque é o único holofote que ainda brilha num mundo em que a esquerda inteira está em crise, não sabe que caminhos seguir.

JE – *E o que isso significa?*

MA – É o impasse das esquerdas. Contra um projeto privatista do capital se ergueu um projeto estatista, que se chamou e se identificou com o socialismo e esse foi um caminho equivocado porque estatismo é o Estado no poder e socialismo é a sociedade no poder, com uma economia construída a partir da sociedade. A esquerda, não tendo esse horizonte, acabou intimidada pelo fracasso dos Estados no poder, que foram os chamados socialismos reais, que eu chamo mais de virtuais. O resultado disso é que até hoje estamos apalpando em busca de caminhos. Está inscrito em mil constituições “o povo no poder”, mas, na prática, isso não existe. O PT estaria sendo o expoente que vai levar isso à prática. Onde foi parar o projeto de “povo no poder”? Parece que sepultado, sob o encantamento do que é fazer política institucional, ao ponto de o PT estar se desfigurando e se tornando um partido de quadros, vertical, autoritário, onde o pequeno grupo da direção dita as regras e obriga todo mundo a seguir, cegamente, este caminho. Este é o fim de qualquer projeto de socialismo. Muito menos, socialismo democrático. Este é o meu temor. É claro que não julgo todo mundo sob um só padrão. Cada pessoa, a começar pelo Lula, tem um grau diferente de compromisso ainda com o projeto original. Eu sou um, dentro do PT, que luto pelo resgate do PT original, que é o PT do projeto da sociedade no poder. ■

* Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

*Agilidade. Está aí uma coisa de
que você não pode abrir mão.*



www.banrisul.com.br

Cliente do **Banrisul** tem banco em casa ou na empresa vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, bastando possuir um computador ligado à internet. É a **Agência Virtual Banrisul**. Fácil de usar, basta você acessar www.banrisul.com.br para realizar suas operações com rapidez, comodidade e total segurança. Passe numa de nossas agências e informe-se melhor. Você vai ver que, além de agilidade, o **Banrisul** tem muito mais a oferecer.

banrisul



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Agência Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 463 - Centro - Tel.: (21)2224.2282

Agência Copacabana

Av. N. Sra. de Copacabana, 827A - Tel.: (21) 2548.6089

Agência Tijuca

R. General Roca, 798 - Tel.: (21)2567.7886

Crises cambiais: um modelo aplicado à desvalorização do real

Um assunto bastante discutido nos últimos anos no campo da Economia Internacional é o fenômeno das crises cambiais. Grande parte deste interesse deriva do fato de que a última década foi um dos períodos da história econômica mais repletos de exemplos de crises cambiais, que englobam desde as da Europa, no início dos anos 90, até as mais recentes, como as da Rússia, Brasil e da Argentina.

A partir dessa extensiva evidência empírica, a modelagem teórica sobre crises cambiais avançou nas mais diversas direções. Os modelos que surgiram nos últimos anos conseguem conciliar técnicas que estão na fronteira do conhecimento econômico com uma estrutura simplificada, permitindo a compreensão de fenômenos bastante complexos.

Apesar de tantos avanços teóricos e das evidências que conectam crises cambiais a flutuações da taxa de câmbio real, a maioria dos modelos continua assumindo a hipóte-

se da paridade do poder de compra (PPP). Segundo esta hipótese, a taxa de câmbio nominal entre dois países é determinada pela relação entre seus níveis de preços.

A PPP baseia-se Lei do Preço Único estendida para o nível de preços agregado da economia e aplicada a um mercado competitivo integrado. Se a PPP é sempre válida, então a taxa de câmbio real é estacionária. Assim, os modelos que assumem a paridade do poder de compra não permitem explicar crises de realinhamento em regimes de câmbio fixo, onde a apreciação da taxa de câmbio real deve ser necessariamente revertida através do estreitamento do diferencial de inflação entre o país doméstico e o país estrangeiro ou através de um ataque especulativo que force uma depreciação da taxa de câmbio nominal.

O principal objetivo deste artigo é desenvolver um modelo que permita analisar crises causadas por choques exógenos, que modificam a taxa de câmbio real de uma economia cujo regime cambial é fixo. Logo, um modelo para este tipo particular de crise não pode assumir a validade da PPP em todos os momentos, mas apenas considerá-la como condição de equilíbrio. Nesta abordagem, qualquer alteração da taxa de câmbio real implica que se a economia mantiver a taxa de câmbio nominal fixa, terá que passar inevitavelmente por uma trajetória de ajuste do nível de preços doméstico até alcançar novamente o equilíbrio da taxa de câmbio real.

A desvalorização do real

O interesse por crises deste tipo foi estimulado pelas crises ocorridas em diversas regiões, desde 1997, e pela observação do custoso processo de ajuste de economias que mantiveram o regime cambial fixo, como Brasil e Argentina, mesmo após a ocorrência de vários choques exógenos.



Quanto menor for a credibilidade dos agentes no regime de câmbio fixo, maior será o grau de desconforto do governo e maior será a probabilidade de ocorrências de crises.

A contrapartida desta resistência foi um processo de retração econômica, aumento do desemprego, instabilidade política e uma grande vulnerabilidade do regime cambial às expectativas dos agentes econômicos. Entretanto, o interesse particular do artigo é desenvolver um modelo específico para o caso brasileiro, que explique a desvalorização do real, em 1999, com base em fundamentos reais.

O artigo apresenta um modelo de crises cambiais no qual a variável que conduz a crise é o nível de produto. Esta é uma tentativa de explorar a lógica de um tipo de crise, onde a queda do produto causada por choques exógenos torna a moeda doméstica frágil e suscetível a um ataque especulativo.

Isto ocorre porque a retração do nível de atividade diminui o bem estar do governo, que fica mais disposto a abandonar o regime de câmbio fixo e aliviar as pressões recessivas sobre a economia. A queda do nível de produto pode ser vislumbrada como uma variável que sintetiza vários outros distúrbios sofridos por um país em decorrência de choques, como, por exemplo, aumento do desemprego, diminuição do apoio político do governo, deterioração do bem estar dos agentes e outros.

No modelo desenvolvido, o país que adota o regime de câmbio fixo não possui problemas fiscais, ou seja, a restrição orçamentária intertemporal do governo é respeitada. Será assumida a hipótese mais forte de que a economia tenha, a todo momento, um orçamento equilibrado e que o setor fiscal não interfira na determinação do nível de produto. Este tipo de abordagem simplificado é bastante adequado para explicar crises em sistemas de câmbio cujo principal problema não é o crescimento explosivo do déficit fiscal e, sim, a enorme vulnerabilidade externa, como o caso do Brasil em 1999.

Fator de persistência

A característica distintiva deste modelo em relação à maioria dos modelos de segunda geração, que também focalizam crises cambiais causadas por queda do nível do produto, é que não será assumi-

da a hipótese da paridade do poder de compra (PPP). Desta forma, o nível de preços da economia não será totalmente flexível e o produto não voltará rapidamente ao seu nível de pleno emprego após a ocorrência de um choque exógeno.

Há, assim, um fator de persistência dos choques na dinâmica de ajuste da economia. Um determinado choque pode ter seus efeitos ainda presentes na economia vários períodos após sua realização e tornar o regime cambial mais frágil diante de outros choques. Quando o ajuste da economia aos choques não é instantâneo, uma crise cambial pode ser derivada da conjunção dos efeitos de diversos choques pequenos ao longo do tempo, e não necessariamente resultado da ocorrência de um único choque de grande magnitude.

Em uma economia onde os preços não são totalmente flexíveis, os choques não afetam apenas as trajetórias das variáveis nominais, mas também das variáveis reais. Isto permite analisar crises de realinhamento, ou seja, crises originadas pela necessidade de ajuste das variáveis reais, como o caso brasileiro. O principal objetivo do modelo é estudar crises de realinhamento da taxa de câmbio real, isto é, crises causadas por desvios da taxa real de câmbio em relação ao seu nível de equilíbrio. O modelo identifica a queda do produto como a variável mais importante na condução dos ataques, porém, as condições geradoras desta queda são a apreciação real da taxa de câmbio e a conseqüente perda de competitividade da economia.

Estes fatores parecem estar presentes na maioria das crises cambiais descritas na literatura. Apesar de vários modelos, principalmente, os de primeira geração, fornecerem explicações para as apreciações observadas nos períodos que precedem a ocorrência das crises, tais modelos não atribuem à apreciação real a causa principal da crise cambial.

Há diversas formas de modelar crises de realinhamento, pois, muitas variáveis afetam a taxa de câmbio real, tanto diretamente quanto indiretamente. Neste modelo, a taxa de câmbio real será afetada por realizações de choques aleatórios na balança de pagamentos. Tais choques podem

causar tanto expansões quanto contrações da oferta monetária que terão efeitos sobre o produto, o nível de preços e conseqüentemente sobre a taxa de câmbio real.

Os choques aleatórios podem representar diversos eventos exógenos à economia, cuja realização não pode ser perfeitamente antecipada pelos agentes privados e pelo governo, como, por exemplo, uma queda (ou alta) no preço internacional, uma queda (ou alta) da taxa de juros internacional, uma desvalorização (ou valorização) real da moeda de um parceiro comercial ou outros fatores que alterem o equilíbrio da conta corrente e/ou da conta capital do balanço de pagamentos.

Alguns efeitos de contágio entre países também podem ser transmitidos através dos choques. Por exemplo, um *default* na dívida externa de um país similar pode causar uma fuga de capitais do país doméstico, ou seja, ter as características de um choque negativo na conta capital.

Os choques modificam a trajetória das variáveis macroeconômicas e a disposição do governo em defender a taxa de câmbio. Se os agentes conhecem a função utilidade do governo e sabem que este está disposto a abandonar a paridade diante de condições adversas, formarão expectativas racionalmente, incorporando a possibilidade de alteração de regime. O regime não terá então credibilidade perfeita, ou seja, dependendo das especificações da função distribuição dos choques e dos parâmetros do modelo, é possível haver sempre uma probabilidade positiva de abandono da paridade.

Uma vez que as expectativas dos agentes de abandono da paridade afetam o comportamento das variáveis macroeconômicas, os efeitos dos choques na economia não são iguais aos efeitos dos mesmos choques no caso em que o governo possui credibilidade perfeita, ou seja, quando os agentes não esperam uma mudança de regime cambial qualquer que seja o estado da economia.

Em um regime de câmbio fixo que carece de credibilidade perfeita, a resposta de algumas variáveis, como nível de produto, nível de preços, estoque monetário, nível de desemprego, taxa de juros doméstica, entre outras, aos choques exógenos à economia é sensível ao comportamento do governo, à formação das

expectativas dos agentes privados e à maneira como estes dois setores da economia se relacionam. Tal interação é um aspecto fundamental do modelo. Quanto menor for a credibilidade dos agentes no regime de câmbio fixo, maior será o grau de desconforto do governo e maior será a probabilidade de ocorrências de crises.

Por sua vez, quanto maior for o grau de desconforto do governo, maior serão as expectativas de mudança de regime. Desta forma, a ocorrência de crises cambiais pode se tornar um fenômeno mais freqüente em um país com um regime de câmbio fixo com pouca credibilidade. Em alguns casos, as crises podem até mesmo ser causadas pela falta de credibilidade, ou seja, podem ser resultado de profecias auto-realizáveis.

Em suma, pode-se identificar como as principais motivações do modelo, a análise de crises originadas da necessidade de ajuste da taxa de câmbio real, cujo desequilíbrio gera desconforto ao governo, através de variações no nível de produto e a avaliação de como o comportamento dos agentes afeta tal ajuste e torna

a economia mais vulnerável às crises. O entendimento destas questões explica grande parte da crise brasileira de 1999.

A conclusão do artigo é que deixar as flutuações da taxa de câmbio real de lado na análise de crises cambiais pode ser muito custoso. O modelo tem várias implicações interessantes. Foi mostrado que as expectativas dos agentes têm papel fundamental no processo de evolução das variáveis endógenas.

Em um regime sem credibilidade perfeita, os efeitos dos choques exógenos são "magnificados" pelas expectativas de abandono do regime. Quando os preços não são totalmente flexíveis, as crises cambiais podem ser resultado da conjunção de pequenos choques ao longo do tempo e não necessariamente conseqüências de um único choque de grande dimensão.

Nestes casos, uma crise pode ser deflagrada, mesmo após um longo período da ocorrência de um choque exógeno significativo. A vulnerabilidade do regime e o ajuste da economia dependem de vários parâmetros, entre os quais estão os

custos de saída, que justificariam a adoção de regimes mais rígidos.

Os resultados do modelo também possibilitam o esclarecimento de outras crises, como a da Argentina. Os choques exógenos sofridos por este país e o processo recessivo prolongado colocaram a economia em uma situação bastante vulnerável. A baixa credibilidade do regime fez com que o acúmulo de diversos choques levasse ao abandono do *currency board*.

Por ter um custo de saída maior, o *currency board* faz com que o regime cambial seja mais resistente diante de situações adversas, em relação aos demais tipos de regimes de câmbio fixo, mas embute um difícil processo de ajuste. Este pode agravar os fundamentos, de tal forma que compense ao governo incorrer nos altos custos de mudar o regime cambial. ■

* Economista, premiada em segundo lugar no X Prêmio Brasil de Economia (2002), na categoria Artigo. O texto acima é um resumo do texto, cujo título original é "Crises cambiais: um modelo relaxando a hipótese da PPP aplicado à desvalorização do real".

**PROMOÇÃO DA
FOLHA DE S. PAULO
PARA VOCÊ, SÓCIO CORECON**

PREÇO SUPER ESPECIAL!

Fazendo uma **ASSINATURA SEMESTRAL*** da Folha de S. Paulo você ganha **2 CDs + 1 livro "Música Popular Brasileira"**

Código da Campanha: **230713**

Fazendo uma **ASSINATURA ANUAL**** da Folha de S. Paulo você ganha **1 Subwoofer + 2 Alto-falantes**

Código da Campanha: **230714**

* Assinatura à vista ou parcelada em 3 vezes, pela administradora do cartão. O livro será entregue após o pagamento da assinatura. ** Cada trípode será entregue após o pagamento de cada parcela.

**LIGUE JÁ PARA 0800 703 8000
E INFORME O CÓDIGO DA CAMPANHA**

Horário de funcionamento: de segunda a domingo, das 7 às 22 horas. Promoção válida até o fim do estoque.

CLUBE DA ECONOMIA – CORECON-RJ

O **Clube de Economia** conta com 47 convênios na categoria Educação. Aproveite os descontos para aperfeiçoar seus conhecimentos ou para matricular seus filhos em um dos estabelecimentos conveniados.

Visite a página www.corecon-rj.org.br e saiba mais.

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

CENTRO

Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC

10% nos cursos de mestrado. Tel.: 3806-4000 – www.ibmec.com.br

Universidade Presbiteriana Mackenzie –

10% nos cursos de mestrado. Tel.: 3231-7304

www.mackenzie.com.br – e-mail: poslato.rj@mackenzie.com.br

Executive MBA's - Escola Politécnica da UFRJ – INDEC

10% em todos os cursos. Tel.: 2242-3731 e 3731 0769

www.indec.com.br – e-mail: indec@indec.com.br

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

NITERÓI

Capital Humano Tecnologia e Treinamento – Localizado em Santa Rosa

Niterói. Oferece 10% em todos os cursos. Tel. 2622-1133

www.capital-h.com.br – e-mail: comercial@capital-h.com.br

CENTRO

Andima – 30% em qualquer dos cursos oferecidos.

Tel.: 3814-3966 e 3814-3927 – www.andima.com.br

e-mail: treinamento@andima.com.br

PREPARATÓRIOS PARA CONCURSOS

CENTRO

Cia. dos Módulos – Oferece 20% qualquer dos cursos programados. Tel.:

2220-3266 e 2240-7186

Academia do Concurso Público – Oferece 20% em qualquer

dos cursos oferecidos. Tel.: 2533-9000 – 2215-4604

www.academiadoconcurso.com.br

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Orçamento Rio no semestre remanejamentos = R\$ 870 milhões

A análise do primeiro semestre do Orçamento do município do Rio revela que os remanejamentos de recursos foram todos para atender ao Poder Executivo.

O acompanhamento do orçamento de 2003 revela que, até 30 de junho último, o total de recursos remanejados pelo prefeito da cidade do Rio de Janeiro foi de R\$ 870.683.665,00. O saldo dos remanejamentos de todas as secretarias, isto é, o que foi reforçado subtraindo o que foi retirado, foi da ordem de R\$ 402.991.937,10.

O saldo positivo indica a utilização de recursos financeiros provenientes de superávit financeiro, excesso de arrecadação, convênios e etc. No entanto, o resultado global positivo não quer dizer que to-

das as secretarias tenham sido favorecidas. Desde o começo do exercício até o momento da análise, destaca-se a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos como a mais beneficiada. Com um acréscimo de R\$ 178.547.428,51 em seu orçamento, é responsável por 44,31% do saldo obtido pelas secretarias.

Ou seja, os gastos com obras e serviços públicos têm sido feitos sem nenhuma restrição orçamentária, já que com os acréscimos feitos por remanejamentos a secretaria já conta com uma disponibilidade financeira 88% maior do que sua autorização de gasto inicial, que foi de R\$ 202.889.789,00. Cabe dizer que esse aumento ainda não inclui as obras destinadas à realização dos

Jogos Pan Americanos de 2007, que provavelmente demandarão gastos ainda maiores.

Números das desigualdades

Outra beneficiada com os remanejamentos é a Secretaria Municipal das Culturas, que conta com um acréscimo de R\$ 45.056.021,00, ou, 11,18% do saldo total obtido nos remanejamentos, expandindo a dotação inicial – que era de R\$ 41.206.004,00 – em 109,34%. Vale ressaltar que dessa quantia R\$ 41 milhões são destinados ao Projeto de Implantação de Museus, sendo que R\$ 30 milhões estão empenhados somente para o pagamento do uso do nome do Museu Guggenheim.

Com isso, a Secretaria das Culturas supera a Secretaria Muni-

pal de Saúde que conta com um acréscimo de R\$ 41.842.033, o que, levando em consideração sua autorização de gasto para o ano de 2003 - de cerca de R\$ 1,3 bilhão, não chega a ser um grande reforço. Representa 3,02% de acréscimo em relação à sua dotação inicial.

A Secretaria Municipal de Educação (SME) é outra que, até o momento, está sendo pouco favorecida. Com a dotação inicial prevista em torno de R\$ 1,2 milhão, teve um aumento quase insignificante, de menos de R\$ 28 milhões, ou 2,36% de acréscimo na previsão. Esse aumento na SME, juntamente com o da Secretaria Municipal de Habitação, que foi inferior a R\$ 37 milhões, foi superado pelo aumento nos Encargos Gerais do Município, para onde a prefeitura realocou cerca de R\$ 43 milhões.

Os programas de trabalho que se encontram na Câmara Municipal e no Tribunal de Contas, isto é, os programas que fazem parte do Poder Legislativo, em nada foram alterados no primeiro semestre. Ambos possuem disponíveis as mesmas dotações previstas – de R\$ 179.060.777,00 e R\$ 66.497.000,00, respectivamente. Vemos que, tudo o que foi remanejado nesse semestre, refere-se ao Poder Executivo.

Das 22 secretarias, seis delas encontram-se com saldo de remanejamento negativo, além da Controladoria Geral, que conta com menos R\$ 4 milhões. Dentre estas, pode-se destacar a Secretaria de Fazenda, de onde foram retirados R\$ 17.271.863,00 – o que reduz em 15,61% a sua dotação inicial; a Secretaria de Urbanismo, que tem menos 15,42% de sua dotação inicial, e a Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico, que do pouco previsto para esse ano – cerca de R\$ 3,7 milhões – foram retirados R\$ 2,7 milhões, deixando essa secretaria desfavorecida em 72,93%. Por fim, a reserva de contingência do município encontra-se com menos R\$ 26.372.484,00. ■

ANÁLISE INICIAL DOS REMANEJAMENTOS 2003

TOTAL REMANEJADO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2003					870.683.665,00
SECRETARIAS	DOTAÇÃO INICIAL	REMANEJAMENTO	% (remanejamento/ /saldo)	% (remanejamento/ dotação inicial)	
Poder Executivo					
10-Secretaria Municipal de Governo	22.945.358,00	-3.269.900,00	-0,76%	-14,25%	
11- Gabinete do Prefeito	44.753.854,00	19.999.121,36	4,66%	44,69%	
12-Controladoria Geral do Município	19.177.720,00	-4.000.000,00	-0,93%	-20,86%	
13-Secretaria Municipal de Administração	24.745.230,00	-4.305.000,00	-1,00%	-17,40%	
14- Secretaria Municipal de Fazenda	110.658.748,00	-17.271.863,00	-4,02%	-15,61%	
15- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	202.889.789,00	178.547.428,51	41,58%	88,00%	
16-Secretaria Municipal de Educação	1.175.267.469,00	27.729.340,00	6,46%	2,36%	
17-Secretaria Municipal de desenvolvimento Social	183.428.675,00	9.160.133,22	2,13%	4,99%	
18-Secretaria Municipal de Saúde	1.385.775.062,00	41.842.033,00	9,75%	3,02%	
19-Secretaria especial de desenvolvimento econômico ciência e tecnologia	3.724.198,00	-2.716.000,00	-0,63%	-72,93%	
22-Procuradoria geral do município do rio de janeiro	36.300.966,00	1.240.000,00	0,29%	3,42%	
23-Secretaria Municipal de Urbanismo	19.500.341,00	-3.006.631,00	-0,70%	-15,42%	
24-Secretaria Municipal de Meio Ambiente	66.819.058,00	17.331.719,00	4,04%	25,94%	
25-Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	118.687.397,00	34.965.026,00	8,14%	29,46%	
26-Secretaria Municipal de Trabalho	20.252.471,00	9.036.407,00	2,10%	44,62%	
28-Secretaria Especial de Projetos Especiais	477.959,00	0,00	0,00%	0,00%	
29-Secretaria Municipal de Transportes	28.894.545,00	-1.937.513,00	-0,45%	-6,71%	
30-Secretaria Municipal das Culturas	41.206.004,00	45.056.021,00	10,49%	109,34%	
31-Encargos Gerais do Município	1.952.920.183,00	43.180.279,00	10,06%	2,21%	
32-Secretaria Municipal de Habitação	185.051.165,00	36.805.303,37	8,57%	19,89%	
33-Secretaria Especial de Turismo	460.666,00	0,00	0,00%	0,00%	
34-Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos	5.864.440,00	0,00	0,00%	0,00%	
36-Secretaria especial de prevenção a dependência química	3.044.779,00	0,00	0,00%	0,00%	
37-Secretaria Especial da Terceira Idade	2.551.234,00	0,00	0,00%	0,00%	
38-Secretaria Especial de Promoção e Defesa dos Animais	5.663.262,00	0,00	0,00%	0,00%	
39-Secretaria Especial de Comunicação Social	0,00	978.516,64	0,23%		
SALDO DAS SECRETARIAS		429.364.421,10	100,00%		
Poder Legislativo					
20-Câmara municipal do rio de janeiro	179.060.777,00	0,00	0,00%		
21-Tribunal de contas do município do rio de janeiro	66.497.000,00	0,00	0,00%		

As matérias desta página são de responsabilidade da equipe técnica do Corecon-RJ, de apoio ao Fórum Popular de Orçamento do Rio de Janeiro. Equipe técnica: Luiz Mario Behnken, coordenador - Estagiários: Mariana Filgueiras e Ricardo Monteiro

CORECON: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20054-900 - Tel.: (21) 2232-8178 - Fax.: (21) 2509-8121

Correio eletrônico: fporj@bol.com.br - Portal: www.corecon-rj.org.br - www.fporj.blogspot.com.br - Reuniões do Fórum: quintas-feiras, às 18h, na sede do CORECON-RJ

Conselho **promove** cursos

A partir do final de setembro, têm início no Corecon os cursos de Avaliação de Projetos de Investimentos e de Matemática Financeira. Serão concedidas bolsas

Dois cursos de especialização em projetos de investimento e matemática financeira terão início, em setembro, no Conselho Regional de Economia – Corecon-RJ. O curso de Avaliação de Projetos de Investimento começará no próximo dia 29 de setembro e, no dia seguinte, terá início o de Matemática Financeira. Os dois cursos concederão bolsas de estudos, equivalentes a 50% do valor de cada um.

O curso de Avaliação de Projetos de Investimento irá até o dia cinco de novembro. Seu objetivo é analisar os principais indicadores de seleção e avaliação de projetos de investimento, através de instrumental próprio sensível a riscos e flexibilidade gerencial. Seu conteúdo contém itens como Taxa de Retorno, Custo de Capital, Índice de Lucratividade, risco e incerteza, construção e análise de fluxo de caixa e ponto de equilíbrio das operações.

As aulas serão às segundas

e quartas-feiras, das 18h30 às 21h30, ao custo de R\$ 340, ministradas pelo economista Eduardo de Sá Fortes, mestre em Economia Empresarial pela Universidade Candido Mendes.

Matemática

O curso de Matemática Financeira terá a duração exata de um mês, iniciando-se no dia 30 de setembro e com encerramento no dia 30 de outubro, às terças e quintas-feiras. A grade do curso inclui conceitos básicos de matemática financeira, conceito e forma de representação de fluxo de caixa, taxas de juros, capitalização, amortização, etc.

As aulas serão dadas pelo economista Mauro Ricardo de Mattos, contador e pós-graduado em Administração pela Coppead-UFRJ e mestrando em Economia Empresarial pela UCM, além de analista da Comissão de Valores Mobiliários e professor da Estácio de Sá. ■

CURSOS DO CORECON-RJ

Avaliação de Projeto de Investimento

Período: 29/9 a 5/11

Horário: 2ª e 4ª, 18h30 às 21h30

Preço: R\$ 340,00

Matemática Financeira

Período: 30/9 a 30/10

Horário: 3ª e 5ª, 18h30 às 21h30

Preço: R\$230,00 (duzentos e trinta reais)

Local: Av. Rio Branco, 109 – 16º andar

Bolsa: Serão concedidas duas bolsas parciais de 50% do valor total. Para concorrer você deverá preencher um formulário específico.

BIBLIOGRAFIA

Avaliação de Projetos de Investimento

BRIGHAM, Eugene F. Administração financeira: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2001.

DIXIT, A. K.; PINDYCK, R. S. Investment under uncertainty. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1994.

LEMES, Antonio Barbosa. Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

Matemática Financeira

PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática Financeira: objetiva e aplicada. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 1999. 308 p.

SOBRINHO, José Dutra Vieira. Matemática Financeira. São Paulo: Atlas, 1998.

ZENTGRAF, Roberto. Matemática Financeira objetiva. Rio de Janeiro: Editoração, 1997.

FARIA, Rogério Gomes de. Matemática comercial e financeira. São Paulo: Mcgraw-hill do Brasil, 2000.

MATHIAS, Washington F.; GOMES, José Maria. Matemática Financeira. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

FARO, Clóvis de. Princípios e aplicações do cálculo financeiro. [S.L.]: LTC, 1995.

JUER, Milton. Matemática Financeira. 4 ed. Rio de Janeiro: Ibmec, 1987.

Introdução à Economia tem nova edição

Está nas livrarias a nova edição do livro “Introdução à economia – Da teoria à prática e da visão micro à macroperspectiva”, do professor Nilson Holanda, editado pela Editora Vozes. Elaborado, originariamente, para os cursos de economia da Universidade Federal do Ceará, o livro foi editado pela primeira vez em 1978. A edição atual, de 2003, foi totalmente revisada e ampliada pelo autor, com acréscimo

de 15 capítulos em relação à edição pioneira.

Com 848 páginas, dividido em cinco partes – conceitos básicos; problemas, questões e doutrinas econômicas; sistema econômico e oferta e procura; microeconomia; e macroeconomia, o livro traz definições fundamentais, como a de Alfred Marshall, em “Principles of Economics”: “A economia é o estudo da humanidade, no que diz respeito

to a como ela vive, se movimenta e pensa nos assuntos ordinários da vida; todavia, trata principalmente daquelas motivações que afetam de forma mais intensa e constante a conduta do homem na parte comercial de sua vida”.

O livro de Nilson Holanda pode ser obtido no Corecon, com descontos, através dos convênios firmados pelo Conselho com as principais editoras de livros do país. ■

